

Educação inclusiva:

problemas e perspectivas

Marilda Moraes Garcia Bruno

Como citar BRUNO, M. M. G. Educação inclusiva: problemas e perspectivas. *In*: III ENCONTRO de educação do oeste paulista: políticas públicas: diretrizes e necessidades da educação básica: resumos. Marília: Unesp Marília Publicações, 2001. p. 229-250. DOI: <https://doi.org/10.36311/2001.978-85-60810-32-1.p229-250>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

GT7: ESCOLA INCLUSIVA: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Expositor: Marilda Moraes Garcia Bruno
Coordenação: Mary da Silva Profeta
Regina Keiko Kato Miura

EDUCAÇÃO INCLUSIVA : PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Marilda Moraes Garcia BRUNO¹

A educação de pessoas com deficiências, nestas últimas décadas, passa por transformações significativas, saindo do enfoque caritativo e assistencialista para a defesa do direito à educação para todos e promoção do ideário do movimento da educação inclusiva.

Nestes dez anos, desde a Declaração Mundial sobre educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (Jomtien, Tailândia, 1990), a Declaração de Salamanca sobre os princípios, política e prática para as Necessidades Educativas Especiais (Espanha, 1994) e os cinco anos da LDB. 9.394/96, boas intenções, promessas e propostas de mudanças foram anunciadas, em todos os níveis de ensino, como a inovação do atendimento na educação infantil e o ensino universitário para Todos.

Contudo, na prática, a proposta de Educação para Todos mostra resultados insatisfatórios na tentativa de superar as contradições existentes, tanto no sistema geral de ensino como na educação especial. Contradições essas, ancoradas nas representações sociais que emergem no cotidiano escolar e na cultura pedagógica que resiste à mudanças e inovações, em virtude de imagens cristalizadas que se constituem em obstáculos para a efetivação de um projeto de educação verdadeiramente inclusiva.

No imaginário social, ainda paira o conceito da pessoa com deficiência como ser incapaz, improdutivo, sem possibilidades de aprendizagem e adaptação social, caracterizado pelo enfoque educacional da institucionalização e educação em ambiente segregados como as escolas especiais que proliferaram no Brasil na década de 70.

A luta histórica pela garantia dos direitos constitucionais das pessoas com deficiência, na década de 80, foi concomitante ao movimento de Democratização da Escola Pública, que pretendia garantir a educação de pessoas com deficiências em ambientes menos restritivos

¹ Educadora e consultora em educação de pessoas com deficiências. Pesquisadora do Grupo de Estudo em Educação Especial do Programa de Mestrado em Educação da UCDB – MS.

possíveis. Nesse sentido, o princípio da equidade, oportunidades iguais para todos, trouxera consigo o modelo da Integração que enfatizava a necessidade de criação de serviços especializados nas deficiências para o atendimentos desse alunado, priorizando o desenvolvimento de habilidades, comportamentos e preparação para a integração gradativa no sistema regular de ensino.

Esses enfoques, centrados nas limitações, na falta de habilidades, competências e incompletude, atribuem ao sujeito a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar. De certa forma, justificam a necessidade de serviços e formas especiais de educar, mitificando, muitas vezes, a educação especial para escamotear a responsabilidade do sistema e a necessária reorganização e estruturação da escola, tendo em vista um ensino de qualidade para todos.

Fatos esses, evidenciados pelos dados estatístico apontando que dos 10% da população brasileira que possui algum tipo de deficiência, apenas 3% têm garantido o acesso e permanência em alguma escola, entre elas as especiais. Mesmo em tempo de toda criança na escola, infelizmente, o sistema público ainda não assumiu a responsabilidade pela educação dessa parcela da população.

Assim, surge o movimento da inclusão, que tem como eixo central a promoção da pessoa humana, a convivência com a diversidade, o êxito no processo ensino-aprendizagem de todos os alunos, independentemente, de suas condições sociais, físicas, sensoriais, emocionais, intelectuais ou étnicas. Embora o caráter de humanidade dessa proposta e os dez anos de discurso, o que se observa é a contradição existente entre a idealização, os preceitos legais e a representação manifesta na prática social e pedagógica no cotidiano escolar.

Nesse sentido, estudos têm demonstrado que um dos maiores obstáculos para efetivação da educação inclusiva, além dos já citados, residem na esfera político pedagógica: elaboração do Projeto Político Pedagógico e Plano de Desenvolvimento Educacional que contemplem as necessidades educativas específicas com investimentos que possibilitem modificações profundas e radicais na reorganização e rearranjo da arquitetura escolar. Principalmente, no que diz respeito ao número de alunos em sala, eliminação de barreiras físicas e atitudinais expressas no fazer pedagógico e na ausência de adaptação do currículo desenvolvido na classe regular.

Essas questões, ultrapassam a igualdade de acesso e permanência na escola, apontam para necessidade de capacitação conjunta de dirigentes, supervisores, coordenadores escolares, professores do ensino regular e especial para trabalharem com necessidades educativas especiais, níveis e processos de aprendizagem diferenciados, modificações organizacionais, didáticas, espaciais e temporais, recursos e materiais necessários para o desenvolvimento de uma pedagogia diferenciada.

Torna-se então necessário, o debate, a reflexão sobre essas situações educativas complexas, uma análise lúcida e crítica das relações e condições existentes na escola para a elaboração do projeto pedagógico de inclusão. Pois, a simples constatação ou aceitação das diferenças, o relativismo pedagógico e cultural acerca da diversidade, o desejo das pessoas com deficiência e seus familiares e a boa vontade do professor do ensino regular e especial não bastam. O grande desafio que se impõem aos educadores, de todos os níveis e modalidades de ensino, neste encontro, é que juntos possamos discutir e delinear caminhos para a inclusão da diferença.

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E
RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

PROPOSTA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O CASO DO MUNICÍPIO DE PARAGUAÇU PAULISTA. OLIVEIRA, A. A .S.; POKER, R. B. (Depto. de Educação Especial – Unesp – Campus de Marília).

A construção de um sistema educacional inclusivo exige ações direcionadas e planejadas no âmbito pedagógico que se atrelam à política, uma vez que com a municipalização do ensino, é o município que organiza o sistema de ensino e indica o paradigma que orientará o projeto pedagógico. Foi pensando dessa forma que em 1998, quando assumiu a diretoria de ensino, a equipe técnica do município de Paraguaçu Paulista procurou a Universidade para desenvolver um trabalho que pudesse levá-la a conhecer os documentos que fundamentam a proposta inclusiva, compreendendo o significado desse paradigma. No ano seguinte, decidiu-se com a mesma equipe técnica, que o trabalho desenvolvido se estenderia para os professores de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, diretores e coordenadores pedagógicos, perfazendo um total de 125 sujeitos, divididos em 4 grupos. Para tanto, foram realizados 4 encontros, perfazendo 12 horas para cada grupo de sujeitos. Nos encontros, propôs-se aos professores o conhecimento dos pressupostos teóricos que embasam a atual política educacional, que visa a *Educação para Todos*, oferecendo-lhes informações sobre a estrutura, funcionamento e clientela da Educação Especial, levando-os a refletir criticamente sobre as práticas pedagógicas segregacionista e inclusiva. Também em 1999, os professores de classes especiais e salas de recursos de deficientes auditivos e deficientes mentais receberam assessoria pedagógica. Nas assessorias, que se estenderam até o final de 2000, perfazendo 24 horas para cada professor, foram tratadas questões metodológicas e organizou-se a avaliação pedagógica, com o intuito de planejar adequadamente a inclusão dos alunos nas classes comuns. Em 2000, foram incluídos em média 30 alunos de classes especiais (DA, DM e APAE) nas classes regulares de ensino, com apoio da sala de recursos, e seus professores (de classes comum e de sala de recursos) receberam orientação técnico-metodológica, elaborando adaptações curriculares para os alunos incluídos. Tal trabalho foi desenvolvido em 18 horas, com a participação de 11 escolas, envolvendo 60 profissionais, entre professores e coordenadores. No ano de 2001, pretende-se dar continuidade ao projeto através de assessoria aos coordenadores e diretores de escola uma vez que são esses profissionais que podem favorecer a operacionalização de uma proposta inclusiva na escola. O resultado mais relevante desse projeto foi a modificação da prática pedagógica do professor e da organização das escolas, que tornaram-se mais acolhedoras, mantendo 45 alunos com deficiência auditiva e mental de diferentes níveis de ensino, incluídos de *fato* no ensino regular.

CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES COM ENFOQUE NA DIVERSIDADE: PODEMOS FAZER DIFERENTE. CAPELLINI, V.L.M.F.; MENDES E.G. (PPG-EES- UFSCar. Apoio: CNPq).

Estamos longe de uma formação ideal, daí a necessidade de formação continuada, uma vez que o conhecimento hoje é produzido e transmitido com velocidade e dinamismo, em função das novas tecnologias de comunicação. Mas, da forma que as capacitações vêm acontecendo, nem sempre são garantidos os melhores resultados na prática. Este projeto teve como objetivo propor estratégias diferenciadas de capacitação continuada para professores do ensino fundamental, ciclo I, com duas turmas de 30 professoras cada, durante um ano letivo, com encontros quinzenais de duas horas, visando sensibilizá-los e instrumentalizá-los para atuarem de maneira competente e diversificada com a diversidade em classe comum, estimulando a convivência com as diferenças, contribuindo para formação de cidadãos mais solidários. O procedimento adotado para a seleção dos participantes foi inscrição espontânea dos professores que tinham matriculado em suas salas alunos com necessidades educacionais especiais provenientes ou não de deficiência. A metodologia

utilizada foi pautada na reflexão da prática - ação - reflexão da ação. Em cada encontro os professores elaboravam um plano de ação para desenvolver nos quinze dias seguintes, pautados no planejamento que já haviam elaborado no início do ano, porém quando necessário poderiam fazer adaptações e alterações. A didática dos encontros foi fundamentada no psicodrama, através de dinâmica de grupos, jogos, inversão de papéis, sociodramas, *Role Playing*. Ao final de cada encontro, as professoras elegiam o próximo tema. Os conteúdos programáticos versaram sobre diversos temas. Como resultado, 53 professores concluíram o projeto, afirmando que algumas estratégias já realizavam, faltavam-lhes incentivo de que estavam no caminho certo. A maioria alega ter mudado sua prática na sala de aula e que a ansiedade abaixou com relação a expectativa de comparar o aluno diferente com o outro, reconhecendo mais o processo do que o produto. Todos enfatizaram a importância de terem vivenciado concretamente todas as sugestões para o trabalho com os alunos através de simulações e vivências.

OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO COMO PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO INDIVIDUAL E SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. TOMÉ, M. F. (Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar – Unesp – Campus de Assis); Maria Cristina Mouro GASPARG (Professora de piano).

O reconhecido valor da música para o desenvolvimento de habilidades diversas, como também para a manutenção do nível satisfatório de funcionamento orgânico e mental de pessoas com algum tipo de deficiência, incentivou a proposta de realização de uma Oficina de Musicalização no SER (Serviço Especial de Reabilitação) de Assis (SP), a qual teve por objetivo tornar acessível aos seus usuários o contato com os sons e seus desdobramentos. Elaborar um trabalho social que objetiva promover a cidadania, pela música, em uma instituição que tem como princípio no seu processo educativo a inclusão da pessoa com deficiência, não deixa de ser um desafio, haja vista a necessidade de se ter a habilidade suficiente para perceber diferenças sutis na evolução do desenvolvimento de cada uma. Com estes propósitos foi desenvolvida a Oficina de Musicalização, a qual contou com a participação de 27 crianças e adolescentes, 8 funcionárias e uma mãe. As atividades programadas para os encontros seguiram um esquema geral, com adaptações para cada indivíduo. Os resultados desta experiência evidenciaram que: quando se promove uma atividade que vai ao encontro dos desejos dos participantes é possível desencadear comportamentos solidários e estimuladores de uma integração positiva entre as pessoas. Desta forma, percebeu-se que houve um estreitamento nas relações tanto entre funcionário-funcionário, entre funcionário-criança, entre funcionário-mãe, quanto entre criança-criança e entre criança-mãe, o que propiciou um estado de confiança maior entre as pessoas. O estabelecimento de um clima descontraído na Oficina colaborou também para que, a cada novo encontro, os interesses redobrassem e, neste sentido, o aumento da auto-estima, da concentração, do gosto pela música, da criatividade, junto com a alegria de cantar e manejar instrumentos musicais, ficaram evidenciados.

Orientadora: Edna Júlia Scombatti Martins.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO NO PROCESSO DE INCLUSÃO EM CLASSES COMUNS DE ESCOLAS REGULARES. CAPELLINI, V.L.M.F., MENDES E.G. (PPG-EES/ UFSCar - Apoio: CNPq).

Ainda que se observe uma ampliação gradual da garantia e acesso dos educandos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, em algumas localidades do nosso país, tal situação coloca a necessidade de se avaliar se o processo de inclusão estaria de fato se efetivando? A

inclusão de todos somente será realidade na medida em que se garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar do aluno. Nesse sentido, não se concebe que a inclusão ocorra apenas para favorecer a socialização de alunos com necessidades educacionais especiais sem que se garanta a construção de conhecimentos relevantes à inserção social futura. O objetivo deste estudo consistiu em avaliar o processo de inclusão educacional. Serão coletadas e analisadas várias medidas de desempenho escolar para caracterização do desempenho acadêmico dessas crianças inseridas em classes do ensino regular, no decorrer do primeiro semestre de um ano letivo e reaplicadas no primeiro semestre do ano seguinte. A fim de delimitar melhor o universo do estudo, foi selecionada apenas uma amostra de alunos com deficiências inseridos nas classes regulares. A composição da amostra foi realizada a partir da caracterização do total do universo dos alunos, onde foram levantadas informações sobre idade, série, sexo, nível sócio-econômico, histórico de escolaridade e tipo de deficiência. A amostra total ficou composta por 89 participantes de ambos os sexos, distribuídos entre 20 escolas de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental de Bauru, com faixa etária de 07 a 15 anos. Foram utilizadas como medidas formais padronizadas: IAR – Instrumento de Avaliação do Repertório Básico Para a Alfabetização; TDE–Teste de Desempenho Escolar; não padronizadas; Ficha Individual do Aluno; Avaliação/Prova Mensal ou Bimestral e o Boletim Acadêmico. O Procedimento de coleta de dados consistiu em aplicar primeiro os instrumentos padronizados (IAR) em todos os alunos selecionados no início do ano letivo de 1999. Durante o 1º semestre de 1999, a professora de cada aluno completou os instrumentos. A etapa seguinte consistiu em reaplicar os instrumentos padronizados (IAR e TDE) em todos os sujeitos no primeiro semestre de 2000 e coletar as demais avaliações. Como resultados parciais e preliminares temos a maioria dos alunos incluídos com um melhor desempenho de um ano para o outro. Segundo análise de parte dos dados, as professoras destacam que os alunos progredem com o grupo, quando comparados a si mesmos, valorizam a socialização, alegando não haver qualquer tipo de discriminação por parte da comunidade escolar e enfatizam a necessidade de mudança no processo de avaliação.

NEOLIBERALISMO E QUALIDADE TOTAL NA EDUCAÇÃO. MARIANI, Édio (Departamento de Educação – Unesp - Campus de Marília).

Pela perspectiva neoliberal, o discurso da qualidade deve substituir o já “ultrapassado” discurso da democratização. Por esse enfoque, os sistemas educacionais enfrentam muito menos um problema de expansão e muito mais um problema de eficiência e de produtividade. Posto isso, o trabalho inicialmente apresenta, as conclusões do chamado “Consenso de Washington”, após vemos o que é e o que implica o Neoliberalismo. Em seguida, vem a questão da Qualidade Total, um dos fundamentos da visão neoliberal para a educação hoje, e qual deve ser a nossa posição frente a tudo isso. A metodologia desenvolveu-se a partir da coleta e pesquisa de bibliografia sobre esse tema. Feito isso, fiz uma análise dos dados, até chegar a redação final do trabalho. Desse trabalho podemos citar como alguns dos resultados importantes, por exemplo, que a escola hoje, não interessa a classe dominante, pois para eles, a mídia e a informática repassam aos indivíduos os conhecimentos necessários. A escola não visa mais desenvolver os seres humanos, mas formar “robôs”. A religião é favorecida não como caminho libertador, mas como opressão, para “acalmar o povo”. O individualismo é fomentado pela mídia como único caminho para a realização humana. O espírito solidário é apagado do mapa. As questões éticas são deixadas para a decisão individual e não comunitária, o que reforça o individualismo. O mesmo é feito com a arte, onde vale a sentença: cada um entende por arte o que quiser. O Estado quase desaparece e a doutrina econômica é o neoliberalismo. Podemos concluir que, uma concepção democrática próxima da qualidade da educação deve partir de uma perspectiva radicalmente diferente das que defendem as burocracias

neoliberais e seus intelectuais reconvertidos. Neste enfoque, a qualidade da educação desempenha uma função integradora, mais que classificatória; um caráter inclusivo e não diferenciador. Ela não constitui um princípio que se deriva da competição mercantilista do funcionamento social e sim um princípio ético a ser definido, no entanto, condição inalienável que define a igualdade de oportunidades que deve sustentar as bases de uma sociedade democrática. Um dos princípios democráticos que dá sentido a esta concepção é que: qualidade para poucos não é qualidade, é sim, privilégio.

A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MARÍLIA SOBRE A INCLUSÃO. PERES, B. S. A.; MACHADO, C. M.; LEITE, L. P. (Depto. Educação Especial – Unesp – Campus de Marília - CNPq/PIBIC).

A possibilidade de se efetuar uma educação inclusiva junto aos alunos com necessidades educacionais especiais é ponto de controvérsia entre muitos educadores. Assim, este estudo objetiva identificar e analisar o que pensam os professores das EMEF's (Escolas Municipais de Ensino Fundamental), da cidade de Marília, estado de São Paulo, acerca da inclusão, ou seja, quais as concepções que estes professores apresentam sobre o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Para tanto, participaram deste estudo 73 professores das EMEF's de Marília, representando uma amostra de 25% do total de professores pertencentes à Rede Municipal de Ensino Fundamental. O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi um questionário composto de duas partes, num total de 26 questões. A primeira parte refere-se ao levantamento de dados pessoais e informações profissionais, e a segunda investiga as concepções dos professores sobre a temática do ensino inclusivo. Os dados foram coletados nas escolas em que os respectivos professores ministram aulas, nos horários destinados ao trabalho pedagógico e estudos coletivos (HEC). No presente momento essa pesquisa se encontra na fase de análise dos dados provenientes da segunda parte de questões, porém algumas considerações importantes sobre as concepções investigadas já puderam ser evidenciadas. Sendo elas: a) caracterização dos sujeitos entrevistados; b) qualificação do professor; c) tempo de atuação como docente; d) atuação pedagógica com alunos deficientes; e) identificação do número de alunos atendidos por sala de aula; f) pretensão dos professores em continuar os estudos e, no caso afirmativo, o que esperam cursar; g) atividades realizadas em horário destinado aos estudos pedagógicos; entre outros aspectos. Desta maneira, privilegiou-se apresentar os resultados parciais da pesquisa, por já constituírem um grupo de informações importantes ao se pensar em uma escola que garanta o acesso ao ensino de qualidade a todos os alunos.

CENAS DE UMA ESCOLA EM PROCESSO DE INCLUSÃO. ZANATA, E. M. (Diretoria Regional de Ensino de Bauru).

Muito se tem estudado acerca do tema inclusão. Definições e conceitos, posições extremadas e discussões acirradas envolvem a questão de qual a melhor forma, quais os caminhos processuais a serem tomados. Mediante tamanha ebulição social que este processo vem desencadeando, uma escola da rede pública da cidade de Bauru vem desenvolvendo seu projeto pedagógico em torno da inclusão. A equipe escolar entende neste contexto a inclusão não específica apenas de crianças com algum tipo de deficiência. A clientela atendida pela unidade escolar é bastante diversa e em sua maioria composta de excluídos sociais em relação a bens de consumo, sobrevivência e culturais. A escola atende alunos das periferias mais desfavorecidas, filhos de trabalhadores rurais sem moradia fixa, além de deficientes mentais, auditivos, físicos e múltiplos em sistema de classe comum com

apoio de salas de recursos. Dentro dos vários objetivos e metas a serem atingidas pelo projeto pedagógico, destacamos a socialização dos espaços pedagógicos como ferramenta para incrementar os processos de ensino aprendizagem. Entendemos estes espaços como pátio interno e externo, sala de aula, quadra poliesportiva, passeios externos diversos, festas internas, etc., que tem como função aproximar os educandos, os professores, os funcionários da escola e a família, bem como estender acesso a bens sócio culturais que no dia a dia não fazem parte da rotina do educando e sua família. Obtivemos após dois anos de implementação do projeto, resultados positivos que implicam na não discriminação das diferenças, no despertar do gosto dos alunos pelas artes plásticas, teatro e leitura e, um maior envolvimento da família na vida escolar.

O PROBLEMA DO PONTO DE VISTA DE QUEM O VIVENCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA. MARCONI, A. P. B. (Departamento de Fonoaudiologia – FFC – Unesp - Câmpus de Marília).

As experiências nos fazem aprender, pois através delas colocamos nossas teorias em ação. Relato aqui uma das minhas envolvendo um sujeito laringectomizado, com fistula na traquéia. Como qualquer leigo, dirigi-me a ele falando alto, articulando bem as palavras para que pudesse me compreender, sabendo que o problema dele não era surdez. Após o sujeito perceber que eu era estudante de Fonoaudiologia começou, muito abertamente, a falar sobre o seu problema, dizendo que não era fácil conviver com aquela fístula; que era necessário ter cuidados até para simples tarefas do dia-a-dia, como tomar banho, pois se entrar água vai direto para o pulmão, por isso disse que toma banho sentado. Quando está frio o ar entra muito gelado pela fístula, já que não possui o nariz para aquecer e umedecer. Fiquei muito curiosa e sem entender porque ele não usava blusa para tapar a fístula. Disse que não tem como, pois se tentar tapar ele sente falta de ar e também porque sai muita secreção, suja muito a roupa e quase todo o momento precisa estar limpando. Disse também que a secreção sai pela boca e muitas vezes ao dia tem que ficar cuspidando e acha que isso incomoda um pouco as pessoas. Quanto a voz que apresenta é meio sussurrada e não robotizada como a maioria dos pacientes laringectomizados, isso porque depois de dois anos ele desistiu da terapia fonoaudiológica. Com essas breves informações, pude então compreender não apenas a natureza do seu problema como também a sua visão a respeito do problema. Neste momento, consciente da inadequação das minhas atitudes em relação a ele, senti-me envergonhada, sobretudo por ser estudante de Fonoaudiologia e certifiquei-me do quanto é importante para profissionais da saúde, que pretendem diagnosticar e tratar doenças ou distúrbios, compreender o problema do ponto de vista de quem os vivencia. Muitas das informações importantes para o diagnóstico e para o tratamento, só o paciente pode fornecer ao especialista.

CARACTERIZAÇÃO FONOAUDIOLÓGICA E ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SURDOS ATENDIDOS NO CENTRO DE ESTUDOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE (CEES) DA UNESP/MARÍLIA. DELGADO, E. M. C.; MARTINS, S. E. S. O.; DELIBERATO, D. (Departamento de Fonoaudiologia, Departamento de Educação Especial - Unesp – Campus de Marília).

O Centro de Estudos da Educação e Saúde (CEES) é a Unidade Auxiliar da UNESP/Marília, centro de referência na área da Educação e da Saúde no Município de Marília. Nessa Unidade são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Quanto às atividades de ensino, alunos do Curso de Fonoaudiologia e Pedagogia – Habilitações em Educação Especial, desenvolvem suas atividades de estágio, oferecendo desta forma, também, atividades de extensão à comunidade.

Uma das atividades nessa Unidade é atender crianças e adolescente com alterações auditivas, principalmente dar assistência aos indivíduos em que a surdez esteja comprometendo significativamente os processos de comunicação social e a aprendizagem escolar. Neste contexto, docentes dos Departamentos de Educação Especial e de Fonoaudiologia estão preocupados em proporcionar e organizar os atendimentos de forma que possam vincular as atividades fonoaudiológicas e pedagógicas. A finalidade dessa proposta de trabalho seria propiciar melhores resultados nos processos de comunicação e no desempenho escolar do aluno surdo, ampliando suas possibilidades de inclusão no ensino regular. Logo, são objetivos deste trabalho caracterizar as crianças e adolescentes surdos que estão sendo atendidos nesta Unidade Auxiliar e verificar quais são os tipos de trabalhos realizados. Estão sendo analisados 38 prontuários de crianças e adolescentes surdos que estão em acompanhamento fonoaudiológico e/ou pedagógico no CEES. Por meio das análises iniciais desses prontuários está sendo possível a caracterização fonoaudiológica e escolar desses sujeitos. Os resultados iniciais demonstram um predomínio de crianças e adolescentes surdos com perda auditiva de grau profundo, dificuldades na utilização da linguagem oral e um maior número de alunos em classes especializadas para surdos. Por meio dessas análises iniciais está sendo possível concluir que as informações dos prontuários podem ser significativas para novas propostas de atendimentos a essa população.

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO FONOAUDIOLÓGICA PREVENTIVA E INTERVENTIVA COM CRIANÇAS DEFICIENTES VISUAIS. OLIVEIRA, J. P. (Departamento de Educação Especial – FFC – Unesp - Campus de Marília - CNPq).

A linguagem procede como um dos elementos indispensáveis para a integração do indivíduo no meio social. Essa afirmação, no entanto, fundamenta-se como ainda mais importante no caso da criança deficiente visual (DV), pois é por meio da linguagem que ela poderá planificar e regular suas ações. Assim, é fundamental o acompanhamento dessa criança por uma equipe interdisciplinar, durante a construção da linguagem, pois a falta da visão pode interferir no desenvolvimento de aspectos fonético-fonológicos, bem como semânticos e pragmáticos. Nosso objetivo é mostrar a atuação fonoaudiológica com uma criança DV (S) do CEES (Centro de Estudos da Educação e da Saúde) da FFC/UNESP, durante o período pré-escolar e os resultados obtidos. Como procedimento foi feita uma análise dessa atuação com S, de acordo com registros em prontuário, sendo que os dados foram coletados através de protocolos. Também foi feita uma avaliação do comportamento lingüístico atual de S. Os resultados apontam: quando S entrou no CEES, apresentava alterações cognitivas, sintático-semânticas, fonético-fonológicas e de sistema motor oral/funções neurovegetativas. Sobre a atuação fonoaudiológica, 72,5% das sessões terapêuticas foram destinadas aos aspectos cognitivos, de linguagem e fala, enquanto que 27,5% às orientações familiares, sistema motor oral e funções neurovegetativas. Especificamente sobre os aspectos fonético-fonológicos, constatou-se dificuldades, por parte de S, na produção e automatização de fonemas fricativos, certamente pela falta da pista visual como auxílio nas estratégias terapêuticas. Concluímos que, apesar da linguagem do DV não apresentar diferenças claras, comparadas ao desempenho comum, é importante que tais indivíduos sejam acompanhados e avaliados na fase de aquisição e desenvolvimento da linguagem, principalmente, referente aos aspectos articulatórios, semânticos e pragmáticos.

Orientadora: Tânia Moron Saes Braga.

O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO E SEU PROJETO PEDAGÓGICO. ROSA, Daniela .Roberta (Departamento de Sociologia Antropologia – FFC - Unesp - Campus de Marília - PIBIC/CNPq).

O legado da escravidão negra no Brasil, está ainda muito presente nas relações sociais. Prova disto, é a falta de referenciais negros nos meios de comunicação e nas artes, e a falta de projetos pedagógicos que busquem a valorização da cultura negra. E foi diante deste quadro que o Teatro experimental do negro, a quase sessenta anos atrás, elaborou seu plano de atuação e abriu caminho para esse tipo de iniciativa. Tendo por finalidade ser uma expressão de manifestação da resistência política e cultural dos negros brasileiros. Iremos então procurar responder nossa questão fundamental, que consiste em descobrir o legado, se houver, desta iniciativa nos grupos de teatro negro da atualidade. Esta temática é importante pois deverá se voltar, de modo crítico, à representação do negro em nossa sociedade que vive a tão famosa e falsa, '*Democracia racial*', para isso iniciamos uma revisão bibliográfica acerca do negro e do teatro para em seguida realizarmos a análise das propostas e objetivos do T.E.N. Estas propostas tinham como perspectivas atuar em diversos aspectos e dimensões da vida cotidiana da população negra do país. Dentre os vários objetivos do grupo, que iam além da intervenção artística através do teatro, encontrava-se também o aspecto pedagógico. E é neste aspecto que devemos nos ater neste momento, como sendo um importante veículo que procurava oferecer uma alternativa ao negro, ao destacar e enaltecer seus valores, ao contrário do que era usual na época. O que se observa, ainda nos dias atuais, é um quadro educacional muito parecido ao que o TEN buscou combater, uma vez que, pouca ou nenhuma referência positiva é feita ao negro nos projetos educacionais.

Orientadora: Maria Valéria Barbosa Veríssimo.

A DEFICIÊNCIA NA CONCEPÇÃO DE ALUNOS DE FONOAUDIOLOGIA. SANTOS, I. R. dos (Departamento de Educação Especial - FFC -Unesp - Campus de Marília - FAPESP).

A deficiência pode ser concebida como algo intrínseco à pessoa deficiente ou como um fenômeno social, envolvendo fatores psicológicos e de relações interpessoais. O nosso projeto propõe investigar a concepção de alunos de Fonoaudiologia acerca das deficiências. Os participantes foram alunos do curso de Fonoaudiologia da UNESP-Campus de Marília, do 1º ao 4º ano de graduação, num total de 121 participantes. Foi aplicado um questionário elaborado com 2 versões, uma contendo 22 questões, para os alunos de 1º e 2º ano, que não estavam realizando estágios, e uma outra versão com 25, para os alunos de 3º e 4º ano, que estavam realizando estágios. O questionário abrangia questões sobre a etiologia e caracterização das deficiências, sobre a importância da deficiência auditiva, física, mental, múltipla e visual, na área de atuação do fonoaudiólogo e sobre a relação entre a teoria e a prática no que se refere à deficiência. A análise preliminar dos dados revela que 94,21% dos alunos consideram a deficiência auditiva como uma condição muito importante na área de atuação do fonoaudiólogo; 89,25% relatam o mesmo para deficiência mental; 68,59% destacam o mesmo para deficiência múltipla; somente 23,96% dos alunos consideram a deficiência visual muito importante e 28,92% referem o mesmo para deficiência física. Quanto à concepção de deficiência, os resultados mostram que 68,25% dos alunos concebem a deficiência como algo localizado no indivíduo, destacando suas dificuldades orgânicas; 3,96% além de ressaltarem as dificuldades destacaram também as capacidades que as pessoas deficientes possuem e há 26,98 % que concebem a deficiência como algo determinado pela sociedade. Para os alunos de Fonoaudiologia, a concepção de deficiência engloba não somente fatores intrínsecos da deficiência, mas outros fatores como os psicossociais. Verificamos que os alunos do 4º ano relataram que durante o curso faltou aliar a teoria e a prática para que pudessem realizar o trabalho com

pessoas deficientes. Concluímos que apesar de os alunos destacarem a concepção de deficiência como um fenômeno social a grande maioria apresentou uma concepção de deficiência localizada na pessoa deficiente, o que pode ser uma influência do curso, que insere-se na área das ciências biológicas.

Orientador: Sadao Omote.

PERCEPÇÃO DE EDUCADORES A RESPEITO DO AUTISMO INFANTIL. OLIVEIRA, T. J.; OLIVEIRA, J. P.; DETOMINI, S. G.; MISQUIATTI, A. R. N (CEICOMHU – Centro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação Humana/ CEES – Centro de Estudos da Educação e da Saúde da FFC - Unesp - Campus de Marília).

A escola, lugar onde é oferecida a maior parte dos estímulos interferentes no desenvolvimento infantil, está, cada vez mais, tornando-se um ambiente de atuação preventiva da Fonoaudiologia, pois enquanto profissional que cuida dos distúrbios da comunicação, é responsável pela prevenção e detecção precoce dos mesmos. Para isso, é necessário um vínculo maior com os profissionais da Educação, que, de certa forma, já auxiliam no desenvolvimento da criança, por meio da estimulação do ambiente escolar, mas podem contribuir de forma mais ampla nesse processo. Entre as várias alterações da comunicação, durante a infância, uma das que merece uma atenção especial, é a de linguagem, que além de interferir na interação social da criança, configura-se como um dos principais problemas da criança autista, que aqui será dada uma ênfase maior. Sendo assim, esse estudo tem por objetivo detectar o conhecimento que os educadores, de escolas infantis, da cidade de Marília, possuem a respeito do autismo infantil. Os sujeitos participantes da pesquisa foram divididos em três grupos: G1, profissionais formados em pedagogia; G2, estudantes de pedagogia e G3, formados em magistério. Cada um desses grupos possui 20 integrantes, sendo que 50% atuam em escola pública e 50% em escola privada. O procedimento constou de uma entrevista dirigida com auxílio de um questionário previamente elaborado. Os resultados iniciais mostram que 92% do G1 nunca realizaram curso sobre autismo infantil, enquanto que 8% sim. Quanto à formação acadêmica, 58% receberam informações sobre o autismo infantil e 42% referiram não ter recebido informações sobre isso, durante a graduação. Em relação à atuação fonoaudiológica com tais crianças, 67% responderam que a fonoaudiologia trabalha com a fala, enquanto 33% relataram que o trabalho feito, envolve a linguagem. Outro dado importante constatado foi em relação ao diagnóstico, no qual 50% disseram que o diagnóstico de autismo é feito por Psicólogos, 16% responderam que é o Fonoaudiólogo e 34 %, dividem-se entre Neurologista e Psiquiatra. Inicialmente concluímos que, em geral, os professores entrevistados não possuem conhecimentos muito precisos, principalmente, no que se refere ao diagnóstico e atuação fonoaudiológica com essas crianças, indicando, dessa forma, a necessidade de orientar tais profissionais para a importância e o tipo de trabalho desenvolvido pela Fonoaudiologia em tal área. Além disso, essas orientações poderiam dar subsídios para esses profissionais, no que se refere à detecção precoce dessas crianças, em ambiente escolar.

SIGNO DUAL: LEITURA SEMIÓTICA DE UMA REALIDADE DE FAVELA. NEVES, L.P. (Programa de Pós-graduação em Educação – Unesp – Campus de Marília - Agência financiadora: CNPq).

A pesquisa visou à compreensão de uma realidade de favela da cidade de Marília, a partir da perspectiva da Semiótica. Para esta os dados apreendidos na pesquisa são signos que apontam para uma interpretação da conduta, sendo esta interpretação a manifestada pelos próprios indivíduos.

A hipótese desta pesquisa foi a de que conhecer uma tal interpretação é etapa fundamental anterior a qualquer atividade educativa. A pesquisa de campo foi, então, direcionada para um Grupo de Mulheres que se reunia regularmente na referida favela. Procurou-se conhecer essa parcela da população para obter indícios da conduta dos demais indivíduos. Através da observação direta, a pesquisa primou por uma convivência junto a essas pessoas que, espontaneamente, revelasse suas peculiaridades, aquilo que as caracteriza como um *outro*. Os resultados obtidos conduziram a pensar que há nesta realidade de favela o predomínio da categoria peirceana de secundidade, o que significa relações marcadas por uma ausência de mediações, ou seja, de ação-reação, de troca, de interesse. Constatou-se também a convergência das conclusões desta pesquisa com a de uma outra realizada pelo antropólogo Oscar Lewis, em relação ao seu conceito de “Cultura da Pobreza”.

O ENSINO DA ARTE NA EDUCAÇÃO DO SURDO. GODOY, Maria de Fátima Reipert de. (Departamento de Educação Especial – Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp – Campus de Marília).

O presente trabalho teve por objetivo investigar o estado da arte na Educação Artística do deficiente auditivo. Para atingi-lo foram entrevistados professores de Educação Artística que trabalham diretamente com essa população, em escolas especializadas, visando saber o que pensam a respeito e como agem no cotidiano escolar. Antecedendo essa parte empírica do estudo foram apresentados dois conjuntos teórico/conceituais. O primeiro refere-se à literatura de embasamento sobre deficiência auditiva, tendo sido para tanto realizado um levantamento bibliográfico sobre esse tipo de deficiência, sua prevenção e causas, Educação Especial, modalidades de atendimento, além da conceituação de objeto transicional e fenômeno transicional, que aborda o surgimento da arte no indivíduo à luz da teoria de Winnicott. O segundo refere-se à literatura de embasamento teórico sobre questões relacionadas ao tema proposto: o ensino da arte na Educação Artística em geral e para alunos deficientes auditivos. Os relatos obtidos nas entrevistas semi-estruturadas mostraram que a maior parte dos professores, apesar de desconhecer a proposta curricular oficial para o ensino de Educação Artística, tenta desenvolver os objetivos propostos por eles ou pela instituição, embora ressentindo-se algumas vezes da formação inadequada para a área. A partir desses resultados, ficou evidenciada a necessidade dos órgãos competentes se conscientizarem da importância da reciclagem sistemática para os professores que atuam com essa clientela, e que os cursos de formação se preocupem com a qualidade dos futuros profissionais, aprimorando seus conteúdos e adequando-os à realidade em que irão atuar.

TRABALHANDO O PRECONCEITO: A VISÃO DA CRIANÇA FRENTE À DIFERENÇA. GODOY, Maria de Fátima Reipert de. (Departamento de Educação Especial – Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp – Campus de Marília).

Este trabalho teve por objetivo observar e analisar a reação das crianças frente à diferença sob o prisma de algumas histórias infantis que abordam o tema da diferença ao tratar de personagens que se diferenciam fisicamente do seu grupo e são por ele rejeitados. Através da análise do impacto dessas histórias nas crianças, pretendeu-se focar a problemática da exclusão e do preconceito frente à diferença, particularmente frente ao “corpo desviante”, expressão que designar o corpo inusual em tamanho, forma ou cor; ou mesmo uma anomalia em relação à simetria ou harmonia. O drama gira em torno da angústia causada pela rejeição e segregação. Foi escolhida uma escola de classe média alta de uma cidade de grande porte, onde se nota um intenso trabalho relativo às diferenças e preconceitos. As crianças analisadas não possuíam nenhum tipo de desvio físico,

mental ou sensorial. A partir de uma análise global das questões apresentadas, foi possível notar aspectos comuns nos desenhos e seus respectivos comentários: 1) a angústia projetada nos desenhos, considerando como aspectos dessa angústia o redesenhar, apagar, reforçar, refazer determinadas figuras que sugeriam conflitos entre o diferente e o grupo, entre mãe e filho ou entre o fraco, excluído e a autoridade; 2) Notou-se uma identificação das crianças com o diferente, que pode ser vista em todos os desenhos na medida em que trazem a figura deste em diversas situações. Essa identificação leva à suposição: embora não se trate de crianças com problemas de desvio, elas ainda assim vivenciam a questão da diferença pelo simples fato de serem crianças, pois também são diferentes na medida em que fazem parte de um mundo regido por normas adultas e experimentam uma condição de pouco poder. Além de ir em busca de uma solução onde o diferente não se sinta excluído e rejeitado, a criança também busca a fantasia como forma de amenizar o sentimento de exclusão, principalmente quando se depara com o limite imposto pela realidade. Isso também pôde ser claramente observado em alguns desenhos. A diferença e suas conseqüências só podem ser compreendidas num contexto de relação. Isto pode ser observado nas histórias selecionadas bem como nos desenhos e comentários das crianças. Dessa forma a diferença só se configura como tal a partir da atribuição de características pelo grupo ao diferente e da elaboração que este faz destas atribuições. Através das interpretações feitas pelas crianças sobre as histórias relatadas, verificou-se a possibilidade de aceitação do diferente. Concluímos ainda que a escola, no que diz respeito ao tema tratado, pode ser transformadora no sentido de conquistar, gradativamente, a mudança de valores de toda sociedade. Através deste trabalho informativo e reflexivo sobre as diferenças individuais, sensoriais, raciais e religiosas, pode despertar dentro de cada um, o respeito mútuo e a valorização de todos os cidadãos por suas próprias capacidades.

OFICINAS DE TEATRO JUNTO A GRUPOS DA 3ª IDADE: A ARTE E O LÚDICO COMO ELEMENTOS LIBERTADORES DOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO. CORDEIRO, A. P. (Pós-graduação em Educação – FFC – Unesp – Campus Marília – CAPES).

A presente pesquisa visa o desenvolvimento de oficinas de teatro junto a alunos da Universidade Aberta à 3ª Idade - UNATI - da Unesp de Marília, com o objetivo de demonstrar o papel da arte e do lúdico como importantes elementos da cultura e como estimuladores dos processos de criação da pessoa adulta idosa. Busca demonstrar que a chamada "3ª idade" pode se constituir numa fase de descobertas de potencialidades muitas vezes adormecidas e de aprendizado de novos conhecimentos, na qual a pessoa idosa pode atuar como agente cultural. A importância do lúdico no processo educacional está geralmente associada à criança. Procuraremos analisar o papel do lúdico em relação ao aprendizado da pessoa adulta. Visamos também a integração e a convivência saudáveis entre os participantes do grupo, além do reconhecimento de suas possibilidades corporais e potencialidades de criar e atuar em peças teatrais. Através de jogos teatrais, exercícios de improvisação, educação para o movimento e criação de peças coletivas buscaremos privilegiar ao longo de todo o trabalho o caráter prazeroso da elaboração do conhecimento. Durante todo o processo buscaremos avaliar a importância da memória, das experiências e histórias de vida dos participantes no processo de criação das peças elaboradas pelo grupo. As peças constituem-se em nosso principal material de análise. Além das peças utilizamos-nos de diário de campo, entrevistas, conversas informais e fitas de vídeo. As conclusões preliminares indicam que os objetivos vêm sendo alcançados, pois, através das peças criadas pelo grupo, bem como das oficinas de teatro, os alunos têm demonstrado o seu potencial criativo, a capacidade de atuação como agentes culturais, socialização, além de revelarem muito de suas histórias de vida e experiências na elaboração das peças coletivas.

A CRIANÇA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. BENKARD, J.C.F; BINDA, E.P.; CARVALHO, T. C. S. G. O.; DAMIATTI, R. Q.; FRANCO, A. F.; FRASSON, D.; GASPARINI, G. A.; MENDES, K. B.; PRATES, G.B.F; RENOFIO, S. B. F.; SINGULANI, R. A. D. (Escola de Educação Infantil “Casa da Vovó”).

A partir da nova L.D.B. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a educação das crianças portadoras de deficiência deve ocorrer de preferência no ensino regular havendo, quando necessário, o serviço de apoio especializado na própria escola. A educação infantil também é responsável pela inserção da criança portadora de deficiência no processo educacional. A inclusão destas crianças tem representado um desafio em nossa escola. Por se tratar de um momento de exposição da criança e de sua família, algumas atitudes foram tomadas, tais como: contatos com profissionais da saúde, investimento na formação dos professores. Essa experiência vem sendo riquíssima tanto para os alunos, professores, como também para as famílias envolvidas. Estamos sempre buscando alternativas para melhor integração e para que de fato essas crianças possam exercer um direito que é seu desde o nascimento: a cidadania. As transformações do grupo das crianças que estão tendo a oportunidade de conviver com as crianças portadoras de deficiência estão sendo extremamente interessantes. Aprendendo a conviver com a diversidade, a criança vai estruturando uma visão baseada em novos valores e modificando uma concepção vigente na sociedade.

ACOMPANHAMENTO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZADO DE UM ALUNO COM SÍNDROME DE ASPERGER NO ENSINO PÚBLICO. REGANHAN, W.G.; MIURA, R.K.K. (Departamento de Educação Especial – FFC - Unesp – Campus de Marília)

As crianças diagnosticadas com Síndrome de Asperger apresentam um desafio a mais no sistema educacional. Desta forma é necessário orientações aos professores sobre essa temática. A Síndrome de Asperger possui grandes semelhanças com o autismo de alto funcionamento, no entanto, não está definido se as duas denominações referem-se ou não à mesma condição. É preciso esclarecer que cada pessoa com Síndrome de Asperger têm sua própria personalidade. Os sintomas de Síndrome de Asperger “típicos” se manifestam de formas específicas para cada indivíduo. Desta forma, com base nas idéias de estudiosos sobre a referida síndrome é possível definir alguns critérios diagnósticos para a Síndrome de Asperger, tais como a dificuldade para interagir socialmente, falta de apreciações por regras sociais, interesses restritos, concentração fraca, necessidade de uma rotina, problemas de fala e linguagem, problemas na comunicação não-verbal, inabilidade motora, dificuldades acadêmicas e vulnerabilidade emocional. Pode-se dizer que a escola é também responsável pelo desenvolvimento acadêmico do sujeito juntamente com a família. A escola não pode fazer distinções entre os alunos e sim favorecer a aprendizagem a todos em um só contexto, oferecendo uma educação permanente que atenda às peculiaridades de cada aluno. O presente estudo acompanhou o processo de ensino e aprendizagem de um aluno com síndrome de Asperger numa escola Estadual de Marília. As observações ocorreram em média, uma vez por semana, com carga horária de duas a três horas. Os registros dos dados de observação e interação com o sujeito foram anotados em um diário de campo. Também se utilizou questionário para entrevista com duas professoras da classe, sobre as expectativas e atividades acadêmicas realizadas junto com o sujeito. Os resultados parciais mostram como as características desta Síndrome interferem nas interações do aluno com os colegas da classe e com os profissionais envolvidos. Verifica-se uma lacuna na formação dos professores para trabalhar com estes alunos, juntamente com a escassez de conhecimento especializado e a consequente inadequação dos recursos educativos como o currículo e métodos e técnicas de ensino. Portanto, propõe-se buscar alternativas educacionais para as dúvidas apresentadas pela família, escola e professores, facilitando assim o desenvolvimento social e acadêmico deste aluno.

CONTRIBUIÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS E FONOAUDIOLÓGICAS PARA O PROCESSO EDUCACIONAL DE UMA CRIANÇA COM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM. LEITE, L. P.; GHEDINI, S. G. (Departamento de Educação Especial - FFC – Unesp – Campus de Marília).

O objetivo deste estudo é identificar aspectos que podem ser trabalhados na área educacional de uma criança de dez anos, que apresenta dificuldades psicomotoras e de aprendizagem, com hipótese diagnóstica de Síndrome de Asperger. Esta síndrome é um tipo de doença pervasiva do desenvolvimento, caracterizada por uma disfunção social e alterações nas habilidades de comunicação. A criança em estudo, não frequenta nenhuma modalidade de ensino e somente participa de atendimentos multidisciplinares no CEES (Centro de Estudos da Educação e da Saúde - UNESP). Para tanto, realizou-se avaliações nas áreas da psicopedagogia e fonoaudiologia identificando possíveis intervenções educacionais. No campo psicopedagógico foram avaliadas a área cognitiva, sensorio-perceptiva, interacional e de linguagem, a partir de observações e aplicação de roteiro de avaliação, além de entrevistas com pais. Foi constatado que a criança, em decorrência do comprometimento psicomotor, apresenta dificuldade em realizar atividades que envolvam a coordenação motora fina e global, entre elas a escrita. Notou-se facilidade em executar exercícios que exijam memória auditiva, reprodução oral, discriminação visual e compreensão básica de problemas, com o auxílio do concreto. Em relação ao domínio de atividades que envolvam raciocínio abstrato, reflexão, analogia e pensamento lógico, a criança necessita de auxílio para conseguir finalizar a atividade proposta. Percebe-se que a criança consegue realizar a leitura de pequenos textos, porém parece não compreender o seu significado. Notou-se que frente aos aspectos interacionais, mantém contatos sociais, apesar de ter dificuldade em se colocar. Na área fonoaudiológica aplicou-se o Teste de Illinois de Habilidades Psicolinguísticas (ITPA). Observou-se que a criança apresentou desempenho adequado para a idade somente no subteste de memória seqüencial auditiva. Nos demais itens avaliados apresentou grande dificuldade, com desempenho compatível com a idade de dois anos. Na avaliação formal observou-se distúrbio de linguagem e aprendizagem, alterações de fala (imprecisão articulatória e fala lentificada e descontextualizada), ecolalia, déficit de compreensão e atenção, vocabulário pobre e hipotonia dos órgãos fonoarticulatórios.

RESULTADOS DA INTEGRAÇÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL. SOARES, M. S. (FIC-UNAES, IESF – Campo Grande – MS).

O presente trabalho deriva de parte da minha dissertação de mestrado defendida em setembro de 2000, no Programa de Pós-Graduação em Educação – Área de concentração: Formação de Professores, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo José Manzini, na Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande – MS. Buscamos compreender os fatores que favorecem ou desfavorecem a integração da pessoa com deficiência no ensino regular, sob o ponto de vista dos professores do ensino regular e dos técnicos responsáveis pela avaliação e acompanhamento dessas crianças. Os participantes da pesquisa foram entrevistados, a entrevista foi gravada e posteriormente transcrita e analisada. Durante a análise, dentre outros aspectos, alguns conteúdos foram identificados e classificados como alguns resultados positivos e negativos da integração. A discussão destes resultados e conclusões é o que apresentaremos no Grupo de Trabalho 7: educação inclusiva: problemas e perspectivas.

O ITPA COMO COMPLEMENTO DA AVALIAÇÃO DA LINGUAGEM NA CRIANÇA DEFICIENTE VISUAL. BRAGA, T. M. S.; OLIVEIRA, J. P. (Departamento de Educação Especial da FFC - Unesp - Campus de Marília).

O Teste Illinois de Habilidades Psicolinguísticas (ITPA) é um teste de aplicação individual e foi elaborado para medir a habilidade relativa de uma criança para compreender, processar e produzir a linguagem verbal e não verbal, processos fundamentais da comunicação. De maneira específica, o teste avalia os componentes morfológicos e semânticos da linguagem, em função do enfoque dado por alguns dos seus subtestes. Por isso, a Fonoaudiologia vem, cada vez mais, valorizando o uso desse teste como complemento da avaliação da linguagem, seja na sua modalidade oral ou escrita. Apesar de fazer parte de equipes interdisciplinares, percebemos que são escassos registros de trabalhos desse profissional com crianças deficientes visuais. Isso faz com que haja uma preocupação maior em relação à metodologia utilizada nas avaliações de tais crianças. A maior parte das pesquisas encontradas nessa área dão ênfase nos processos de aquisição e desenvolvimento da linguagem, nos quais existem muitas controvérsias. Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo principal descrever o uso do ITPA como complemento da análise do comportamento linguístico de uma criança com visão subnormal, em idade escolar. Como procedimento foram elaboradas, respectivamente: avaliação dos aspectos básicos da linguagem, com posterior ênfase nos aspectos pragmáticos; aplicação do WISC (Escala Wechsler de Inteligência para Crianças) e das seguintes provas do ITPA: recepção auditiva, associação auditiva, memória sequencial auditiva, expressão verbal e expressão manual. As aplicações dos testes foram gravadas em vídeo e transcritas ortograficamente. Os resultados da análise da linguagem de S mostraram, de maneira geral, um desempenho linguístico esperado para sua idade, ou seja, produção e uso de praticamente todos os fonemas da língua em diferentes posições da palavra, uso de frases simples e complexas, compreensão de ordens complexas, manutenção de tema, durante o diálogo, assim como respeito da troca de turnos e solicitação, dentre outros. O WISC mostrou que o sujeito tem nível de inteligência média e as provas do ITPA, mostraram déficits semânticos na linguagem de S, que não apareceram na avaliação precedente. Nas provas de Associação Auditiva e Memória Sequencial Auditiva, o sujeito obteve idade psicolinguística abaixo da sua idade cronológica. Dessa forma, acreditamos que o teste pode auxiliar de forma significativa em tal análise, o que nos permitiu concluir que esse procedimento pode ser utilizado como complemento de avaliações dos processos comunicativos da criança deficiente visual.

EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA E A QUESTÃO DAS ADAPTAÇÕES CURRICULARES: ALGUNS APONTAMENTOS PARA O ENSINO DE FÍSICA PARA SUJEITOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL. COSTA, L.G; NEVES, M. C. D. (Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Paranaense (UNIPAR), Campus de Paranavá-PR.

INTRODUÇÃO: Neste trabalho divulgamos o Projeto “O Ensino de Física para Portadores de Deficiência Visual” que estamos desenvolvendo e relatamos seus primeiros resultados. Motivado pela escassez de iniciativas que trabalhem amplamente os processos de ensino-aprendizagem, cognição e linguagem relativos ao ensino de Física para portadores de deficiência visual (doravante: *DV's*), o Projeto busca elaborar uma alternativa de ensino adaptada aos *DV's* – um Programa de Ensino de Física Experimental (Mecânica, Acústica, Termodinâmica, Eletromagnetismo e Óptica) e material instrucional (textos, módulos didáticos e multimeios) – baseada em pressupostos Construtivistas. **METODOLOGIA:** Como hipótese de trabalho, consideramos relevante o patrimônio intelectual do sujeito *DV* que, construído a partir da sua atividade na interação com a realidade, representa sua

compreensão do mundo que o cerca. No entanto, como o sujeito *DV* explica o mundo físico que o rodeia? Ainda, que esquemas ele se utiliza para tal explicação? Com o propósito de responder estas e outras indagações, recorremos à metodologia da investigação etnográfica e temos realizado um mapeamento das concepções intuitivas/espontâneas dos *DV's* com respeito à fenômenos que eles vivenciam: velocidade, aceleração, temperatura, pressão, etc. A análise dos resultados destes estudos tem sido feita à luz da pesquisa em educação em ciência. Ainda, uma vez concluído o mapeamento das percepções sensoriais e de construção de mundo, que por sua vez implica na identificação de habilidades e potencialidades desses sujeitos, a próxima etapa será aquela de estabelecer uma trajetória possível para o efetivo e incluyente ensino de Física, levando-se em conta as exigências curriculares que permeiam a Educação nacional. **RESULTADOS:** A etapa atual do Projeto nos permite concluir, ainda que parcialmente, que os modelos de construção do mundo físico assemelham-se àqueles mapeados em sujeitos que não sofrem de nenhuma deficiência visual. Os resultados até aqui obtidos corroboram outros da literatura. A partir das investigações realizadas constatamos: 1) uma equivalência entre as concepções intuitivas/espontâneas dos *DV's* e as dos sujeitos videntes; 2) um questionável papel da instrução escolar; 3) o conflito entre o senso científico e o senso comum/intuitivo.

EDUCAÇÃO E SAÚDE: UM ENCONTRO POSSÍVEL. GARCIA, A. S. (Programa de Pós-Graduação em Psicologia - FCL - Unesp - Campus de Assis).

O presente trabalho pretende relatar a experiência da integração dos trabalhos entre psicólogos da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação do município de Assis-SP, que ocorre principalmente nos últimos 2 anos. Esta integração ocorreu a partir da necessidade de rever o fluxo de encaminhamentos de “crianças problemáticas”, por parte da equipe da Secretaria Municipal de Educação para atendimentos clínicos na Saúde. Desenvolvemos, então, uma forma de acompanhamento onde houve a preocupação de deslocar o foco de problemas especificamente da criança e promover um atendimento mais abrangente. Para tanto, realizamos reuniões constantes para discussões das possibilidades de atenção que poderíamos oferecer, realizamos discussões dos casos e chegamos a um programa de descentralização dos atendimentos infantis por parte da Saúde com total integração da Educação que, antes do encaminhamento em si, realizava intervenções junto à escola, professores e familiares, podendo avaliar as queixas de maneira mais abrangente. Atualmente a integração passa por um novo momento de identificação de papéis e redirecionamento do trabalho, após a mudança da gestão administrativa e por se tratar de duas unidades de gestão municipal.